

Não ignoremos a realidade

A esquerda precisa evitar que a classe trabalhadora seja prejudicada pela imigração

Anke Hassel

DEZEMBRO DE 2018

- Enquanto for tratada de forma tão desorganizada, a imigração continuará sendo usada como bode expiatório pela direita populista. A esquerda precisa elaborar uma política de imigração que, por um lado, recuse decididamente toda e qualquer forma de racismo e, por outro, não ignore a realidade.

Já há alguns anos, a esquerda vem sendo ofuscada no cenário político ao passo que a extrema direita populista conquista terreno. Na França, na Grécia e na Holanda, os partidos social-democratas conseguiram resultados de apenas um dígito nas últimas eleições, pairando sobre a Alemanha a ameaça de uma derrocada semelhante. Nesses países, os partidos de centro-esquerda se encontram em intensas discussões internas sobre qual deve ser o caminho a seguir. A questão central ainda são as consequências da Terceira Via, que deslocou a atenção da esquerda moderada da classe trabalhadora para a classe média. A partir do momento em que os interesses da classe média baixa passaram a ser negligenciados pela esquerda, os eleitores começaram a demonstrar profunda desconfiança em relação à política governamen-

tal social-democrata - um déficit de confiança que poderá perdurar ainda que a esquerda volte a se ocupar prioritariamente desse segmento da sociedade.

Muitos observadores políticos opinam que a esquerda moderada deveria enfatizar suas políticas centrais tradicionais, tais como redistribuição de renda, combate à pobreza, construção de moradias sociais e prioridades dos investimentos públicos. A questão da imigração, embora seja fortemente discutida em muitos países da União Europeia, é considerada quase um tabu pela esquerda por ser uma batata quente. Os que entram no debate costumam ser atacados por suas intervenções, como aconteceu com o novo movimento de esquerda *Aufstehen* (Levantar) ou com alguns pre-

feitos social-democratas que alertaram para o risco do surgimento de guetos de imigrantes em suas cidades. Colin Crouch adverte contra a “disseminação de um espírito xenófobo” em um artigo recente, no qual constata que “a afirmação de que a concorrência de cidadãos poloneses no mercado de trabalho local está pressionando os salários de trabalhadores britânicos não é uma crítica socialista do capitalismo, mas uma cortina de fumaça cínica. Ao contrário da ideia abstrata de capitalismo, os poloneses são bem visíveis; portanto, é muito mais fácil tornarem-se objeto do ódio.”

Sem sombra de dúvida, transformar os imigrantes em alvos de ódio é repugnante e uma sociedade aberta deve reagir de forma inequívoca ante a retórica racista e xenófoba. Mas será que isto implica que a esquerda não deva falar sobre migração? Numerosos estudos analisam os efeitos da imigração sobre o nível salarial, indicando uma influência negativa sobre os salários de trabalhadores com qualificações semelhantes enquanto aporta um impacto positivo sobre a remuneração de empregos mais qualificados. Essa constatação não deveria nos surpreender. É visível que a imigração de força de trabalho tem efeito negativo sobre o aumento salarial em geral, visto que imigrantes com baixa qualificação são contratados para receber salários inferiores. Podemos citar como exemplo o relatório de abril da empresa ferroviária alemã *Deutsche Bundesbahn*, que mostrou que a imigração líquida da União Europeia para a Alemanha teve impacto negativo sobre a elevação dos salários no país, sobretudo a partir de 2013.

Além disso, estudos sobre a migração de trabalhadores na União Europeia, o chamado destacamento, apontam graves problemas com a exploração de trabalhadores migrantes. Os sindicatos enfrentam dificuldades para manter a coesão sindical e preservar o poder

de negociação coletiva em setores com grande concentração de trabalhadores migrantes. No entanto, esse fator é pré-requisito para alcançar remunerações mais altas e uma maior regulação do mercado de trabalho. Em suma, corremos o risco de que elevadas taxas de imigração enfraqueçam as instituições responsáveis pela regulação dos mercados de trabalho que fundamentam o modelo social europeu. Por temor de que uma simples análise ou menção das consequências da imigração possam ser consideradas como atitude xenófoba, a esquerda vem optando por não se pronunciar sobre o tema, mas essa estratégia pode acabar sendo um doloroso tiro no pé.

Enquanto for tratada de forma tão desorganizada, a imigração continuará sendo usada como bode expiatório pela direita populista. Ao contrário da Grã-Bretanha, que possui uma meta para a imigração (que, aliás, vem sendo descumprida ano após ano), o governo alemão não tem estratégia alguma nessa área.

Desde 2014, registra-se uma imigração líquida superior a 500.000 pessoas por ano na Alemanha, chegando atualmente a exceder um milhão de pessoas ao ano. Em paralelo, os aluguéis aumentam 10% ao ano em cidades como Berlim, e estima-se em cerca de dois milhões o déficit de habitações de locação acessível. A crise habitacional não foi gerada pela migração, mas tem a ver com a decisão de suspender a construção de moradias sociais, tomada pelo governo alemão há dez anos. No entanto, a crise no mercado imobiliário mostra como a Alemanha está mal preparada para receber elevadas taxas de imigrantes.

O governo alemão acaba de apresentar um esboço de lei de imigração. Segundo o projeto, trabalhadores migrantes de países terceiros, ou seja, de fora da União Europeia, poderiam receber uma autorização de trabalho de seis



meses. Essa disposição valeria para todas as profissões, inclusive caminhoneiros e pessoal de limpeza. Os representantes da indústria alemã elogiam a iniciativa e sustentam que suas pesquisas indicam a falta de mão de obra “qualificada”, por exemplo, nos segmentos “segurança”, “pessoal de restauração” e outras profissões de baixa remuneração. Mas não deveríamos exigir a vinculação da autorização de trabalho para pessoas de países terceiros a um salário mínimo ou a um contrato laboral para evitar o dumping salarial nos setores de baixa remuneração? Ou não deveríamos reivindicar que seja combinada com uma contribuição financeira do empregador destinada à integração de migrantes ou ao combate à falta de moradia acessível?

Como muitos imigrantes praticamente não falam alemão e não conhecem suficientemente os seus direitos, eles com frequência são explorados no emprego. A fiscalização trabalhista é deficiente e muitas vezes não se apresenta a possibilidade de organização. Tampouco, existe uma instância central de combate à exploração de trabalhadores na Alemanha, como por exemplo, a *Gangmaster & Labour Abuse Authority* (autoridade de combate a abuso de trabalhadores) da Grã-Bretanha. A escassa ou nula implementação de normas sociais nos setores com forte presença de trabalhadores migrantes favorece a concorrência desleal, acarretando, por sua vez, o enfraquecimento dessas normas.

A esquerda precisa elaborar uma política de imigração que, por um lado, recuse decididamente toda e qualquer forma de racismo e, por outro, não ignore a realidade. Para que as tendências nacionalistas e antimigrantes da política britânica e estadunidense não se alastrem na Alemanha, o país precisa lutar pelos valores que caracterizam uma sociedade aberta e garantir que a classe média baixa não seja

prejudicada pela imigração. Difunde-se cada vez mais na população a suspeita insidiosa de que os imigrantes estariam vindo principalmente por motivos econômicos e para fugir da pobreza dos seus países. Essa percepção tem a ver com a confusão entre imigração por motivos de refúgio e imigração para fins de trabalho, que inquieta muita gente.

Discutir e tomar medidas para lidar com a migração não significa aceitar eventuais preconceitos xenófobos e racistas dos eleitores. Ao contrário, as sociedades abertas precisam de regras claras e instituições fortes. Hoje, precisamos essencialmente de solidariedade sob a forma de medidas práticas na esfera local para ajudar os recém-chegados a solucionarem seus problemas. No entanto, solidariedade também significa adotar as medidas cabíveis para evitar que as normas sociais sejam esvaziadas pela imigração.



Autora

Prof. Dr. Anke Hassel é diretora científica do Instituto de Ciências Econômicas e Sociais (WSI) da Fundação Hans-Böckler e leciona políticas públicas na Escola Hertie de Governança. De 2009 a 2012, foi fellow visitante sênior no Instituto Europeu da London School of Economics. Em 2008, tornou-se membro da faculdade da Escola de Estudos Graduados de Estudos Transnacionais de Berlim.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-048-0

